

Apoio crítico

Nas grandes crises vividas pelo País, a posição desta Casa sempre foi colocar-se na defesa dos superiores interesses nacionais. Criticando-o embora, aprovamos o Plano Cruzado no dia de sua edição, pois era a tábua de salvação que o Poder Executivo oferecia à sociedade brasileira, atormentada por inflação superior a 16% ao mês. Hoje, quando o presidente da República volta à televisão para dizer que a *res publica* corre risco, pois se criam condições que tornam o País ingovernável, tanto para a sua como para futuras administrações, somos de novo forçados a dar apoio ao chefe do Executivo. Apoio crítico, no entanto, como sempre o demos.

A crise é profunda e decorre, como já dissemos várias vezes — pagando o preço de dizê-lo —, da circunstância de as instituições estarem em frangalhos. Como a idéia da Lei não integra o cotidiano dos cidadãos, não há ordem jurídica que resista aos assaltos dos que detêm temporariamente o poder, ou daqueles que aspiram ocupá-lo para suas aventuras totalitárias. A função pública, denegrada nos conluídos da *Cóisa Nossa* e nos manejos dos *Irmãos da Opa*, perdeu a aura que deveria cercá-la, com a conseqüência de que tudo aquilo que tem ar de oficial e parece provir da autoridade é imediatamente repellido pelos cidadãos, ora com ódio, ora, o que é pior, com desprezo. O governo está desacreditado porque não consegue controlar a inflação, impotente na luta contra a burocracia (apesar dos esforços que vem fazendo para retirar privilégios concedidos aos membros da oligarquia que habitam algumas empresas estatais).

Foi nesse clima de descrédito — mais rarefeito do que hoje, forçoso é reconhecer — que se reuniu a Assembléia Nacional Constituinte. Cercada das esperanças de muitos, estimulada pelo apoio sereno de quase todos. O jogo dos interesses pessoais, as manobras das facções ideológicas, o desejo de poder de muitos, contudo, transformaram as esperanças em desencanto e o apoio em crítica. Pouco a pouco, viu-se que parte dos representantes do povo havia urdido o plano de exorbitar de seu mandato e criar, no papel, república nominalmente “social”, mas na prática reforçando a posição do Estado sobre a produção e promovendo o fechamento do Brasil aos influxos do capital e da tecnologia estrangeiros. Até mesmo a reação daquele grupo que se convencionou chamar de Centrão foi impotente para repor a representação no caminho que se sabia dever ser o dela, pelo conhecimento que todos tinham da índole democrática do povo brasileiro. Quando os interesses pessoais falaram mais forte do que os do Brasil, viram-se proprietários rurais votar contra instituições de crédito, e todos, proprietários, empregados, trabalhadores, democratas, socialistas e totalitários, uniram-se para criar condições que podem inviabilizar a economia brasileira.

Nesse clima dramático, não se pode dizer que o presidente da República tenha jogado quando necessário todos os trunfos para salvar a Pátria — se é que em boa lógica política e democrática o chefe do

Executivo devesse intrometer-se nos negócios da Assembléia Nacional Constituinte. O que se viu, isto sim, foi o sr. José Sarney tudo mobilizar para obter um mandato de cinco anos. A reforma tributária que o aflige, agora, pensando nos próximos governos, passou sem que s. exa. contra ela tomasse posição, como fez anteontem. É que tal redistribuição dos impostos interessava aos governadores que controlavam os votos indispensáveis à obtenção dos cinco anos. As conquistas (?) sociais, que onerariam a economia e poderão inviabilizar muitos setores produtivos na competição internacional, igualmente foram votadas (algumas sob lágrimas e aplausos da maioria) sem que houvesse a voz do bom senso presidencial que alertasse para os riscos inerentes às dádivas que se faziam. A usurpação de poderes pela Câmara dos Deputados, que deseja censurar os ministros do presidente da República (num sistema presidencialista) foi aprovada sem que se atentasse para a crise institucional latente no texto constitucional. Tudo isso passou enquanto era preciso ter os apoios indispensáveis aos cinco anos. Votado o mandato, todos se desinteressaram do que quer que fosse — exceto os militares, atentos a que não houvesse uma anistia que consideravam provocadora.

O resultado dessa falta de política foi um elenco de disposições transitórias que começa com um insulto ao presidente do Supremo Tribunal Federal e não se sabe onde termina. Tudo concluído, quando a Nação esperava que fosse votado o arremedo de Constituição que estava sendo elaborado, inclusive determinando a data fatal de sua reforma, o presidente José Sarney toma aguda consciência de que a nova Carta deixará o Brasil ingovernável. Isso, quando os jogos já estão feitos, e quando o regimento, modificado por pressão do Centrão, obriga a que no segundo turno só se discutam e votem emendas supressivas, ou corretivas do ponto de vista da lógica interna do texto, ou de redação. Assim, pode suprimir-se toda a parte referente ao sistema tributário que se estabeleceu, mas não se pode criar um novo. O que significa que, suprimido esse, ninguém sabe como se fará com os impostos arrecadados, nem quais serão os critérios para cobrá-los.

Esse exemplo do sistema tributário ilustra bem o que está em jogo *agora*. É possível simplesmente suprimir o artigo 9º da Constituição, que faz referência ao direito de greve. Não se pode eliminar a parte referente aos tributos. Pode-se suprimir a defesa da propriedade produtiva contra a expropriação para fins de reforma agrária; não se pode retirar da Constituição os artigos referentes à destinação constitucional das Forças Armadas. Dizemos *não se pode*, como força de expressão, pois é evidente que a maioria da Assembléia pode retirar do texto do *Projeto B* o que lhe parecer conveniente. E o fazemos pensando em termos jurídicos e político-institucionais. Ilustre jurista alemão já dizia que só se pode fazer exercícios intelectuais no campo do Direito tomando por base premissas políticas reais...

O presidente José Sarney tem razão

quando alerta a Nação para os perigos que cercam os governos que lhe sucederão (e o seu, que fez questão de omitir, seguramente por modéstia). Ao fazê-lo, merece todo nosso apoio, pois há evidentemente pontos no *Projeto B* que podem ser suprimidos sem que o Brasil sofra algum atraso; antes, poderá reunir condições de progredir.

É preciso ver, no entanto, que o chefe de Estado, numa emergência como esta, não pode aceitar maus conselhos, citando dados falsos. Esse erro, cometeu-o durante toda a vigência do Plano Cruzado. Insistir na tecla de dizer “não” quando a realidade diz claramente “sim” é jogar no caos que condena e com o qual nos ameaça a todos se prevalecerem as atuais disposições do *Projeto B*. Dessa perspectiva, três pontos merecem reparo na fala presidencial. Um, mais grave, é citar errado o texto do projeto, induzindo os brasileiros a ter medo do caos. Na sua fala, afirma o sr. José Sarney que o artigo 29 das Disposições Transitórias “revoga todos os decretos-leis não aprovados pelo Congresso Nacional (...) Sem levar em conta que esses atos legítimos sobre (*sic*) a Constituição em vigor criaram relações jurídicas, inovaram a legislação e deram ensejo a atos perfeitos e acabados. A desordem jurídica que seria implantada com o caos do desaparecimento de todos esses decretos-leis será suficiente para alimentar pendências judiciais durante anos e anos. Ficariam especialmente prejudicados os trabalhadores, as empresas e o setor público”.

Ora, o projeto não diz isso. Leia-se atentamente o parágrafo único do art. 29: “Parágrafo único — Os decretos-leis que até a promulgação da Constituição não tiverem sido apreciados pelo Congresso Nacional serão considerados rejeitados, *respeitados os atos praticados em sua vigência*”. Os atos perfeitos e acabados, pois, continuarão válidos, nenhum direito será ferido e, aliás, manter-se-á a norma constante da atual Constituição. O presidente da República não pode deixar-se levar pelo entusiasmo e dizer ao povo aquilo que não é.

Outro aspecto diz respeito à reforma tributária. Sem dúvida, corre-se o risco de inviabilizar a *União*. Que solução jurídica — e portanto política — encontrar-se agora que só se podem apresentar emendas supressivas ou corretivas de pormenores? Finalmente, os números que o presidente apresentou como prova da ingovernabilidade do Brasil, se aprovada a nova Carta, merecem reparos. Ora o chefe de governo menciona números precisos e os converte em dólares, ora diz que não há como estimar imediatamente o impacto das regras que criam o aumento de gastos. A hesitação diminui a força do argumento, quando na verdade os números deveriam ser precisos, ainda que terríveis em sua conseqüência para o Erário e o bolso dos contribuintes.

As dificuldades para resolver o *impasse* que o presidente Sarney aponta com clareza não são poucas. Sobretudo agora que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou o *Projeto B*. Resta ver como se resolverá a crise.